

Artigo original

Sistema mundial, América do Sul, África e “potências emergentes” *

DOI: 10.3395/reciis.v4i1.341pt

José Luís Fiori

Cientista político e economista, professor titular, pesquisador e diretor de pós-graduação do Núcleo de Estudos Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); coordenador do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ.

Resumo

Este artigo articula algumas idéias sobre a dinâmica do sistema mundial e a conjuntura internacional, analisando a posição do Brasil nesse universo e as suas relações com as chamadas “potências emergentes”. Parte-se de uma hipótese histórica, de longo prazo, sobre a gênese do “sistema inter-estatal capitalista”, desde sua formação, na Europa, durante o “longo século XIII”, até o início do século XXI. Analisa-se também, nessa mesma perspectiva teórica, a nova inserção da América do Sul (e do Brasil) nesse sistema mundial, assim como a da África, e as relações entre o Brasil, a África do Sul, a China e a Índia. Argumenta-se que o atual “sistema político-econômico mundial” não foi uma obra espontânea, nem diplomática, e muito uma construção exclusiva do mercado. É resultado da ação de uma verdadeira “máquina de acumulação de poder e de riqueza” – os estados-economias nacionais – criada pelos europeus e que se universalizou pelo mundo ao longo dos séculos, alimentada pelas guerras. Conclui-se que qualquer discussão sobre o futuro desse sistema mundial tem que levar em consideração essa dinâmica ao mesmo tempo destrutiva e criadora, que tem como premissas constitutivas a não estabilidade e a permanente busca por mais poder e mais riqueza. Reconhece-se ainda um retorno da “questão social”, junto com a “questão nacional”, e uma maior densidade material e política nas relações Sul-Sul, que podem re-desenhar a economia política do sistema mundial.

Palavras-chave

sistema político-econômico mundial; conjuntura internacional; potências emergentes; América do Sul; África, relações Brasil-China-Índia-África do Sul

Nas últimas décadas do século XX, tornou-se lugar comum a repetição dos mesmos argumentos liberais em quase todas as discussões acadêmicas, ou políticas, sobre o sistema mundial e a política internacional. A Guerra Fria havia terminado e durante alguns anos assistiu-se um *revival* da utopia liberal do século XVIII. A visão era idílica e parecia convincente: a globalização econômica e as forças de mercado produziram a homogeneização da riqueza e do desenvolvimento e estas mudanças econômicas contribuiriam para o desaparecimento dos “egoísmos nacionais” e para a construção de um governo democrático e global, responsável pela paz dos mercados e dos povos. Mas este sonho durou pouco e, já no início do

século XXI, o mundo político e intelectual assistiu atônito o rapidíssimo retorno da guerra e do cálculo geopolítico ao coração do sistema mundial. Apesar disto, talvez pela força do hábito ou das convicções ideológicas, ainda se leem muitos artigos acadêmicos e análises estratégicas, que repetem essas mesmas idéias, como se fosse uma ladainha, mesmo quando estão tratando de temas específicos como é o caso da discussão contemporânea de vários organismos nacionais e internacionais sobre o que chamam de “saúde global”. Por isto, do nosso ponto de vista, é urgente uma retomada da discussão teórica sobre o próprio sistema mundial e sobre as premissas que orientam a maioria das análises da conjuntura

* Este texto reúne algumas idéias e teses sobre o sistema mundial e a conjuntura internacional, que já foram apresentadas pelo autor em vários artigos e livros publicados nos últimos anos, entre os quais ressaltamos “Sistema mundial: império e pauperização”, publicado no livro de J.L.Fiori e C. Medeiros (org.), **Polarização Mundial e Crescimento**, Editora Vozes, 1999; “Formação, expansão e limites do Poder Global”, publicado no livro de J.L.Fiori (org) **O Poder Americano**, também publicado pela Editora Vozes, Petrópolis, 2004; e o livro mais recente de J.L.Fiori e C. Medeiros & F. Serrano, **O mito do colapso do poder americano**, publicado no Rio de Janeiro, pela Record, em 2008, cuja resenha se encontra nesta revista.

internacional contemporânea, incluindo a discussão sobre a política externa atual, da América do Sul e do Brasil, que exige com urgência uma retomada do debate teórico que desapareceu do continente durante a década de 1990.

No século XIX, o pensamento social europeu dedicou pouquíssima atenção ao continente americano. Mesmo os socialistas e marxistas que discutiram a “questão colonial”, no final do século, só estavam preocupados com a Ásia e a África. Nunca tiveram interesse teórico e político nos novos estados americanos, que alcançaram sua independência, mas se mantiveram sob a tutela diplomática e financeira da Grã Bretanha. Foi só no início do século XX que a teoria marxista do imperialismo se dedicou ao estudo específico da internacionalização do capital e seu papel no desenvolvimento capitalista à escala global. Assim mesmo, seu objeto seguiu sendo a competição e a guerra entre os europeus e a maior parte dos autores marxistas ainda compartilhava a visão evolucionista de Marx com relação ao futuro econômico dos países atrasados, seguros de que “os países mais desenvolvidos industrialmente mostram, aos menos desenvolvidos, a imagem do que será o seu próprio futuro”.

Foi apenas depois da década de 1920 que a III Internacional Comunista transformou o imperialismo num adversário estratégico e num obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas nos países “coloniais e semi-coloniais”. De qualquer forma, o objeto central de todas as análises e propostas revolucionárias foi sempre a Índia, a China, o Egito e a Indonésia, muito mais do que a América Latina. Na primeira metade do século XX, os Estados Unidos já haviam se transformado numa grande potência imperialista e o resto da América Latina foi incluída, pela III Internacional, depois de 1940, na mesma estratégia geral das “revoluções nacionais” ou da “revolução democrático-burguesa”, contra a aliança das forças imperialistas com as oligarquias agrárias feudais e a favor da industrialização nacional dos países periféricos.

Um pouco mais à frente, na década de 1950, a tese da “revolução democrático-burguesa”, e sua defesa do desenvolvimento industrial, foi reforçada pela “economia política da Cepal” (Comissão Econômica para a América Latina), que analisava a economia latino-americana no contexto de uma divisão internacional do trabalho entre países “centrais” e países “periféricos”. A Cepal criticava a tese das “vantagens comparativas” da teoria do comércio internacional de David Ricardo e considerava que as relações comerciais entre as duas “fatias” do sistema econômico mundial prejudicavam o desenvolvimento industrial dos

países periféricos. Tratava-se de uma crítica econômica heterodoxa, de filiação keynesiana, mas do ponto de vista prático acabou convergindo com as propostas “nacional-desenvolvimentista”, que foram hegemônicas no continente depois da II Guerra Mundial.

Na década de 1960, entretanto, a Revolução Cubana, a crise econômica e a multiplicação dos golpes militares em toda América Latina provocaram um desencanto generalizado com a estratégia “democrático-burguesa” e com a proposta “cepalina” da industrialização por “substituição de importações”. Sua crítica intelectual deu origem às três grandes vertentes da “teoria da dependência”, que talvez tenha sido a última tentativa de teorização latino-americana do século XX.

A primeira vertente - de filiação marxista - considerava o desenvolvimento dos países centrais e o imperialismo um obstáculo intransponível para o desenvolvimento capitalista periférico. Por isto, falavam do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e defendiam a necessidade de uma revolução socialista imediata, inclusive como estratégia de desenvolvimento econômico. A segunda vertente - de filiação “cepalina” - também identificava obstáculos à industrialização do continente, mas considerava possível superá-los através de uma série de “reformas estruturais” que se transformaram em tema central da agenda política latino-americana, durante toda a década de 1960. Na verdade, a própria teoria da Cepal, sobre a relação “centro-periferia”, já não dava conta da relação dos EUA com o seu “território econômico supranacional”, que era diferente do que havia acontecido com a Grã Bretanha.

Por fim, a terceira vertente da teoria da dependência – de filiação a um só tempo marxista e cepalina – foi a que teve vida mais longa e efeitos mais surpreendentes, por três razões fundamentais: primeiro, porque defendia a viabilidade do capitalismo latino-americano; segundo, porque defendia uma estratégia de desenvolvimento “dependente e associado” com os países centrais; e terceiro, porque saíram destas correntes alguns dos principais líderes políticos e intelectuais da “restauração neoliberal” dos anos de 1990. Como se tivesse ocorrido um apagão mental, velhos marxistas, nacionalistas e desenvolvimentistas abandonaram suas teorias latino-americanistas e aderiram à visão do sistema mundial e do capitalismo, própria do liberalismo europeu do século XVIII.

Por tudo isto, é mais do que hora de voltar às raízes históricas e teóricas do debate sobre o sistema inter-estatal capitalista, que surgiu a partir da Europa e só se “globalizou” inteiramente no final do século XX.

Sistema mundial em expansão: poder, capital e guerras

Nossa visão da conjuntura internacional parte de uma hipótese de longo prazo sobre a história do “sistema inter-estatal capitalista”, desde sua formação na Europa, durante o “longo século XIII”, até o início do século XXI. Essa hipótese está centrada no nosso argumento sobre as relações entre o poder, o capital e as guerras, dentro do sistema mundial, e nos permite compreender e diagnosticar a conjuntura internacional que estamos vivendo, desde a década de 1970. Do nosso ponto de vista, é possível identificar, nesta longa duração da história do sistema mundial, quatro momentos em que ocorreu uma espécie de “explosão expansiva”, dentro do próprio sistema. Nesses “momentos históricos” houve, primeiro, um aumento da “pressão competitiva” dentro do “universo” e, depois, uma grande “explosão” ou alargamento das suas fronteiras internas e externas. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado – quase sempre – pelo expansionismo de uma ou várias “potências” líderes e envolveu, também, um aumento do número e da intensidade do conflito entre as outras unidades políticas e econômicas do sistema. E a “explosão expansiva” que se seguiu projetou o poder destas unidades ou “potências” mais competitivas para fora de si mesmas, ampliando as fronteiras do próprio “universo”.

A primeira vez que isto ocorreu foi no “longo século XIII”, entre 1150 e 1350. O aumento da “pressão competitiva”, dentro da Europa, foi provocado pelas invasões mongóis, pelo expansionismo das Cruzadas e pela intensificação das guerras “internas” na península ibérica, no norte da França e na Itália. E a “explosão expansiva” que seguiu se transformou numa espécie de *big bang* do “universo” de que estamos falando, o momento do nascimento do primeiro sistema europeu de “guerras e trocas”, com suas unidades territoriais soberanas e competitivas, cada uma delas com suas moedas e tributos. A segunda vez que isto ocorreu foi no “longo século XVI”, entre 1450 e 1650. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado pelo expansionismo do Império Otomano e do Império Habsburgo, e pelas guerras da Espanha, com a França, com os Países Baixos e com a Inglaterra. É o momento em que nascem os primeiros estados europeus, com suas economias nacionais e com uma capacidade bélica muito superior a das unidades soberanas do período anterior. Foi a “explosão expansiva” deste embrião do sistema inter-estatal europeu – para fora da própria Europa – que deu origem ao “sistema mundial moderno”, liderado, inicialmente, pelas potências ibéricas e, depois, pela Holanda, França e Inglaterra. A terceira vez que isto ocorreu foi no “longo século

XIX”, entre 1790 e 1914. O aumento da “pressão competitiva” foi provocado pelo expansionismo francês e inglês, dentro e fora da Europa, pelo nascimento dos estados americanos e pelo surgimento, depois de 1860, de três potências políticas e econômicas – Estados Unidos, Alemanha e Japão – que cresceram muito rapidamente e revolucionaram a economia capitalista e o “núcleo central” das grandes potências. Logo em seguida, houve uma terceira “explosão expansiva”, que assumiu a forma de uma “corrida imperialista” entre as grandes potências, que trouxe a África e a Ásia para dentro das fronteiras coloniais do “sistema mundial moderno”. Por fim, desde a década de 1970, está em curso uma quarta “explosão expansiva” do sistema mundial. Nossa hipótese é que – desta vez – o aumento da pressão dentro do sistema mundial está sendo provocado pela estratégia expansionista e imperial dos Estados Unidos, depois dos anos 1970, pela multiplicação dos estados soberanos do sistema, que já são cerca de 200, e, finalmente, pelo crescimento vertiginoso do poder e da riqueza dos estados asiáticos, e da China, muito em particular.

Nossa pesquisa sobre as relações entre a geopolítica e a geo-economia do sistema mundial começou há mais de 20 anos, com o estudo da “crise dos 70” e a “restauração liberal-conservadora” da década de 1980, e seguiu com o acompanhamento das transformações internacionais das décadas seguintes. A impossibilidade de entender esta conjuntura a partir de si mesma nos levou a uma longa viagem no tempo, até as origens do “sistema inter-estatal capitalista”, para conseguir entender suas tendências de longo prazo. Começamos pelas “guerras de conquista” e pela “revolução comercial”, que ocorreram na Europa nos séculos XII e XIII, para chegar até à formação dos estados e das economias nacionais européias e o início de sua vitoriosa expansão mundial, a partir do século XVI. Como é sabido, na Europa, ao contrário do que aconteceu nos impérios asiáticos, a desintegração do Império Romano e, depois, do Império de Carlos Magno, provocou a fragmentação do poder territorial e o desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI. Nos dois séculos seguintes, entretanto – entre 1150 e 1350 –, aconteceu a grande revolução que mudou a história da Europa e do mundo: foi naquele período que se forjou, no continente europeu, uma associação indissolúvel e expansiva entre a “necessidade da conquista” e a “necessidade de produzir excedentes” cada vez maiores, que se repetiu, da mesma forma, em várias unidades territoriais soberanas e competitivas, que foram obrigadas a desenvolver sistemas de tributação e criar suas próprias moedas para financiar suas guerras de conquista. As guerras e os tributos, as moedas e o

comércio existiram sempre, em todo tempo e lugar, a grande novidade européia foi a forma em que se combinaram, somaram e multiplicaram em conjunto, dentro de pequenos territórios altamente competitivos e em estado de permanente preparação para a guerra. Na Europa, a preparação para a guerra, e as guerras propriamente ditas, se transformaram na principal atividade de todos os seus príncipes e a necessidade de financiamento destas guerras se transformou num multiplicador contínuo da dívida pública e dos tributos. E, por derivação, num multiplicador do excedente e do comércio e, também, do mercado de moedas e de títulos da dívida, produzindo e alimentando – dentro da Europa – um circuito acumulativo, absolutamente original, entre os processos de acumulação do poder e da riqueza.

Não há como explicar o aparecimento desta necessidade européia de acumulação do poder e do excedente produtivo apenas a partir do “mercado mundial” ou do “jogo das trocas”. Mesmo que os homens tivessem uma propensão natural para trocar – como pensava Adam Smith – isso não implicaria necessariamente que eles também tivessem uma propensão natural para acumular lucro, riqueza e capital. Porque não existe nenhum fator intrínseco à troca e ao mercado que explique a necessidade compulsiva de produzir e acumular excedentes. Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas”, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela “acumulação do poder”, mesmo no caso das grandes repúblicas mercantis italianas, como Veneza e Gênova.

Do nosso ponto de vista, o conceito de poder político deve ser pensado mais como fluxo do que como estoque. O exercício do poder requer instrumentos materiais e ideológicos, mas o essencial é que o poder é uma relação social assimétrica indissolúvel, que só existe quando é exercido; e para ser exercido, precisa se reproduzir e acumular constantemente. A “conquista”, como disse Maquiavel, é o ato fundador que instaura e acumula o poder, e ninguém pode conquistar nada sem ter poder, e sem ter mais poder do que o que for conquistado. Num mundo em que todos tivessem o mesmo poder, não haveria poder. Por isso, o poder exerce uma “pressão competitiva” sobre si mesmo, e não existe nenhuma relação social anterior ao próprio poder. Além disto, como a guerra é o instrumento, em última instância, da conquista e da acumulação do poder, ela se transformou num elemento co-constitutivo deste sistema de poderes territoriais que nasceu na Europa e que depois se expandiu pelo mundo.

Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista europeu é indissociável do poder político e das guerras, e a teoria sobre a formação deste “universo europeu” tem que começar pelo poder e pelas suas guerras, pelos tributos e pelo excedente, e pela sua transformação em dinheiro e em capital, sob a batuta do poder dos soberanos. O fator endógeno ou primeiro princípio que move este universo é exatamente esta força da compulsão sistêmica e competitiva que leva à acumulação sem fim do poder e do capital. E do nosso ponto de vista, o poder tem precedência lógica, dentro desta relação simbiótica, a despeito que a acumulação de capital tenha adquirido uma “autonomia relativa” muito grande e cada vez mais complexa, com o passar dos séculos.

Mais tarde, depois do “longo século XVI” e da formação, na Europa, dos primeiros estados nacionais”, se mantiveram estas mesmas regras e alianças fundamentais, que haviam se estabelecido no período anterior. Com a diferença que, no novo sistema de competição, as unidades envolvidas eram grandes territórios e economias articulados num mesmo bloco nacional, e com as mesmas ambições expansivas e imperialistas. O objetivo da conquista não era mais a destruição ou ocupação territorial de outro Estado, poderia ser apenas a sua submissão econômica. Mas a conquista e a monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiu sendo a mola propulsora do novo sistema. No novo sistema inter-estatal, a produção do excedente e os capitais de cada país passaram a ser uma condição indispensável de seu poder internacional. E foi dentro dessas unidades territoriais expansivas que se forjou o “regime de produção capitalista”, que se internacionalizou de mãos dadas com estes novos impérios globais criados pela conquista destes primeiros estados europeus. E depois do século XVI, foram sempre estes estados expansivos e ganhadores que também lideraram a acumulação de capital, em escala mundial. Além disto, a chamada “moeda internacional” sempre foi a moeda destes estados e destas economias nacionais mais poderosas, transformando-se num dos principais instrumentos estratégicos na luta pelo poder global.

A expansão competitiva dos “Estados-economias nacionais” europeus criou impérios coloniais e internacionalizou a economia capitalista, mas nem os impérios, nem o capital internacional eliminaram os Estados e as economias nacionais. Neste novo sistema inter-estatal, os Estados que se expandiam e conquistavam, ou submetiam novos territórios também expandiam seu território monetário e internacionalizavam seus capitais. Mas, ao mesmo tempo, seus capitais só puderam se internacionalizar na medida em que mantiveram seu vínculo com alguma moeda nacional, a

sua própria ou a de um Estado nacional mais poderoso. Por isso, se pode dizer que a globalização econômica sempre existiu e nunca foi uma obra do “capital em geral”, nem levará jamais ao fim das economias nacionais. Porque, de fato, a própria globalização é o resultado da expansão vitoriosa dos “Estados-economias nacionais” que conseguiram impor seu poder de comando sobre um território econômico supranacional cada vez mais amplo, junto com sua moeda, sua dívida pública, seu sistema de crédito, seu capital financeiro e suas várias formas indiretas de tributação.

Da mesma forma, do nosso ponto de vista, qualquer forma de “governo mundial” é sempre uma expressão do poder da potência, ou das potências que lideram o sistema inter-estatal capitalista. Muitos autores falam em “hegemonia” para referir-se à função estabilizadora desse líder dentro do núcleo central do sistema. Mas esses autores não percebem – em geral – que a existência dessa liderança ou hegemonia não interrompe o expansionismo dos demais Estados, nem muito menos o expansionismo do próprio líder ou *hegemon*. Por isso, toda potência hegemônica é sempre, e ao mesmo tempo, auto-destrutiva, porque o próprio *hegemon* acaba desrespeitando as regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir acumulando seu próprio poder, como se pode ver no caso americano, depois do fim da Guerra Fria. Onde, é logicamente impossível que algum país “hegemônico” possa estabilizar o sistema mundial, como pensam vários analistas internacionais. Neste universo em expansão que nasceu na Europa, durante o “longo século XIII”, nunca houve nem haverá “paz perpétua”, nem sistemas políticos internacionais estáveis, porque se trata de um “universo” que precisa da preparação para guerra e das crises para poder se ordenar e “estabilizar”. E, através da história, foram quase sempre estas guerras e estas crises que abriram os caminhos da inovação e do “progresso” na história deste sistema inventado pelos europeus.

Esta visão do sistema mundial nos autoriza pensar que os fracassos político-militares norte-americanos do início do século XXI, e a atual crise econômica mundial, não apontam para o fim do “regime de produção capitalista”, nem para uma “sucessão chinesa” na liderança mundial, que deverá seguir nas mãos dos Estados Unidos. O que não quer dizer, obviamente, que esta liderança americana seja definitiva, ou que o sistema mundial não esteja vivendo uma transformação gigantesca. De fato, está em curso uma grande “explosão expansiva” do sistema inter-estatal capitalista e uma nova “corrida imperialista” entre as grandes potências, que deverá se intensificar nos próximos anos.

A inserção da América do Sul no sistema mundial

No caso da América do Sul, a formação dos seus estados e economias nacionais se deu de forma um pouco diferente, porque nunca existiu no continente uma disputa hegemônica entre os seus próprios estados nacionais. Primeiro foi colônia e depois da sua independência esteve sob a tutela anglo-saxônica: da Grã Bretanha, até o fim do século XIX, e dos Estados Unidos, até o início do século XXI.¹ Nestes dois séculos de vida independente, as lutas políticas e territoriais da América do Sul nunca atingiram a intensidade nem tiveram os mesmos efeitos que na Europa. E tampouco se formou no continente um sistema, integrado e competitivo, de estados e economias nacionais, como viria a ocorrer na Ásia, depois da sua descolonização. Como conseqüência, os estados latino-americanos nunca ocuparam posição importante nas grandes disputas geopolíticas do sistema mundial e funcionaram, durante todo o século XIX, como uma espécie de laboratório de experimentação do “imperialismo de livre comércio”.

Depois da 2ª Guerra Mundial, e durante a Guerra Fria, os governos sul-americanos alinharam ao lado dos Estados Unidos, com exceção de Cuba, a partir de 1959.² E depois da Guerra Fria, durante a década de 1990, novamente, a maioria dos governos da região aderiram às políticas e reformas neoliberais preconizadas pelos Estados Unidos.

A partir de 2001, entretanto, a situação política do continente mudou, com a vitória – em quase todos os países da América do Sul – das forças políticas nacionalistas, desenvolvimentistas e socialistas, junto com o novo ciclo de crescimento da economia mundial deste início de século.³ A grande mudança, neste novo ciclo de crescimento sul-americano, é o peso decisivo da demanda e da pressão asiática sobre a economia continental. Em particular, da China, que tem sido a grande compradora das exportações sul-americanas de minérios, energia e grãos. Por sua vez, os novos preços internacionais das *commodities* fortaleceram a capacidade fiscal dos estados sul-americanos e estão financiando políticas de integração da infra-estrutura energética e de transportes do continente. A América do Sul dispõe de recursos energéticos renováveis e não renováveis, grandes reservas minerais, gigantescos mananciais de água, enorme potencial de produção de alimentos e uma riquíssima biodiversidade, junto com seus 370 milhões de habitantes e um PIB de cerca de U\$ 1,5 bilhão de dólares. E o Brasil, em particular, será, na próxima década, o maior produtor mundial de alimentos e um dos grandes produtores e exportadores

mundiais de petróleo, além de controlar a maior parte do território da Amazônia.

De todos os pontos de vista, portanto, a América do Sul é hoje uma região essencial para o funcionamento e a expansão do sistema mundial e, por isto, deve sofrer uma pressão econômica e política cada vez maior, de fora e de dentro da própria região. Neste sentido, tudo indica que a China terá uma presença cada vez mais importante na economia sul-americana, mas não é provável que ela se envolva diretamente, nos próximos anos, na geopolítica regional. O mais provável é que este aumento da pressão competitiva produzida pela nova geopolítica e pelo novo ciclo de crescimento da economia mundial produza um aumento dos conflitos entre os próprios estados da região, e deles com os Estados Unidos. Já apontam nesta direção o novo acordo militar entre os Estados Unidos e a Colômbia e a reativação da IV Frota Naval dos Estados Unidos para atuar no Atlântico Sul, além da intensificação dos conflitos fronteiriços entre Venezuela, Colômbia e Equador, independente de quais sejam os seus motivos imediatos. E, numa direção oposta, a criação da União das Nações Sul-Americanas – Unasul, e o projeto de criação do Conselho de Defesa da América do Sul, sem participação dos Estados Unidos nem tampouco do México e da América Central, além dos projetos de integração física e energética do continente, que já estão em curso com o apoio e o financiamento dos próprios governos e dos capitais privados da região. Estas iniciativas políticas e econômicas representam uma revolução dentro das relações continentais e enfrentam a oposição, dentro do próprio continente, dos países e forças políticas favoráveis à manutenção da América do Sul dentro do espaço hegemônico e do “território econômico supra-nacional” dos Estados Unidos. Já não há possibilidade de escapar da pressão competitiva mundial, e isto acelera a formação objetiva e incontornável de um sub-sistema estatal no continente sul-americano, potenciando o poder interno e externo dos seus estados. De qualquer maneira, a longa “adolescência assistida” da América do Sul acabou. E o mais provável é que esta mudança provoque, no médio prazo, uma competição cada vez mais intensa entre o Brasil e os Estados Unidos, pela supremacia na América do Sul.

O Brasil e a América do Sul: a conjuntura atual

Depois de uma década à esquerda, a América do Sul está entrando numa zona de forte turbulência. No final de 2009, o Uruguai elegeu José Mujica para presidente da república, um homem do povo e ex-guerrilheiro tupamaro; e o Chile elegeu

Sebastián Piñera um bilionário arrogante e de direita, que lembra muito o primeiro ministro italiano, Silvio Berlusconi. Nesse mesmo ano a Bolívia e o Equador reelegeram governos dispostos a mudar radicalmente a estrutura do estado e da propriedade dos seus países, sem passar por uma ruptura revolucionária clássica. Em 2010, haverá eleições na Colômbia e no Brasil e, em 2011, no Peru e na Argentina. Durante esta primeira década do século, as mudanças no continente foram ajudadas pela expansão econômica mundial, que também estimulou uma aceleração do projeto de integração da América do Sul. Mas a crise financeira de 2008 provocou uma desaceleração do crescimento e do próprio projeto de integração econômica. E o projeto de integração política foi atingido em cheio pelo novo acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos, que autoriza o uso do território colombiano por forças militares norte-americanas, de onde poderão controlar o espaço aéreo da Venezuela e de toda a América do Sul. Por isso, não é exagero dizer que o futuro da América do Sul, na primeira metade do século XXI, está sendo decidido neste momento; e já é possível mapear as grandes disjuntivas e escolhas que estão no horizonte do continente sul-americano.

Em primeiro lugar, do ponto de vista econômico, o que se deve esperar para depois da crise é um aumento da pressão dos mercados internacionais e o aprofundamento da condição periférica e primário-exportadora da maioria dos países sul-americanos; mesmo com o alargamento e diversificação dos seus mercados compradores, na direção da Ásia, e da China, em particular. Nesta nova conjuntura, só uma vontade política coesa e continuada poderá manter de pé o projeto de integração sul-americano. Isto supõe uma decisão de estado e uma capacidade coletiva de manter sob controle os conflitos locais, a despeito das mudanças de governo. E também supõe uma política conjunta de fortalecimento do mercado interno da América do Sul, com a redução da dependência regional das crises e das flutuações dos preços internacionais. Neste ponto, não existe meio termo, porque os países dependentes da exportação de produtos primários, mesmo no caso do petróleo, nunca conseguirão comandar sua própria política macro-econômica e, muito menos ainda, a sua inserção na economia mundial. Em segundo lugar, do ponto de vista político, a crise econômica explicitou ainda mais as assimetrias e desigualdades nacionais e sociais que estão por trás da heterogeneidade política regional e que explicam, em parte, a falta de interesse ou de entusiasmo de alguns países do continente, com o projeto sul-americanista. Por fim, do ponto de vista da segurança continental, o aumento da presença militar americana na Colômbia serve

para lembrar que a América do Sul seguirá por um bom tempo – e mesmo que não queira – sob a “proteção” do poder espacial, aéreo e naval dos EUA. E terá que ter uma enorme persistência e tenacidade para construir um sistema autônomo de segurança regional, sem produzir uma corrida armamentista dentro da própria região.

De qualquer forma, uma coisa é certa: o futuro do projeto sul-americano dependerá cada vez mais das escolhas brasileiras, e da forma que o Brasil desenvolva suas relações com os Estados Unidos. Do ponto de vista econômico, a pressão dos mercados internacionais e as novas descobertas do petróleo da camada do pré-sal, também estão oferecendo para o Brasil a possibilidade de se transformar numa economia exportadora de alta intensidade, uma espécie de “periferia de luxo” das grandes potências compradoras do mundo, como foram, no seu devido tempo, a Austrália e a Argentina, entre outros. Mas, existe a possibilidade do Brasil escolher um outro caminho, que combine seu potencial exportador com uma estrutura produtiva industrial associada e liderada por uma economia mais dinâmica, como é o caso contemporâneo do Canadá, por exemplo. Além disto, neste momento, o Brasil também dispõe de uma terceira alternativa, absolutamente nova para o país, e que aponta, de certa maneira, para a reprodução da estrutura produtiva da economia norte-americana: uma indústria de alto valor agregado e uma enorme capacidade de produção e exportação de alimentos e outras *commodities* de alta produtividade, incluindo o petróleo, no caso brasileiro.

Por outro lado, no campo político, depois da hegemonia das idéias neoliberais e privatistas, e de uma coalizão de poder partidária do “cosmopolitismo subserviente” no campo internacional, está se consolidando no Brasil um novo consenso desenvolvimentista, democrático e popular, que transcende cada vez mais as siglas partidárias. As perspectivas futuras desta nova coalizão, entretanto, dependerão da estratégia internacional dos próximos governos brasileiros. O Brasil pode se transformar num “aliado estratégico” dos Estados Unidos, da Grã Bretanha e da França, com direito de acesso a uma parte de sua tecnologia de ponta, como no caso do Japão ou mesmo de Israel, que construiu seu arsenal atômico com a ajuda da França. Mas o Brasil também pode escolher um caminho próprio de afirmação internacional. Mas, se o Brasil quiser mudar de posição e de estratégia, dentro das “regras” do sistema mundial, terá que desenvolver um trabalho extremamente complexo de administração contínua das relações de complementaridade e competição com os Estados Unidos, e com as outras grandes potências, a partir dos seus próprios interesses econômicos e geopolíticos.

Numa disputa prolongada pela hegemonia da América do Sul, como se fosse uma “luta oriental” com os Estados Unidos. Caminhando numa trilha muito estreita e durante um tempo que pode se prolongar por várias décadas. Além disto, para liderar a integração sul-americana no mundo, o Brasil terá que inventar uma nova forma de expansão econômica e política continental e mundial, sem “destino manifesto” nem caráter missionário, e sem o imperialismo bélico das duas grandes potências anglo-saxônicas.

O Brasil, a África do Sul, a China e a Índia

Na geopolítica das nações não há lugar para alianças baseadas apenas em médias estatísticas, semelhanças sociológicas ou analogias históricas. E as coincidências ideológicas só operam com eficácia quando coincidem com as necessidades dos países, do ponto de vista do seu desenvolvimento e de sua segurança. Deste modo, a formação de um espaço econômico com grandes fluxos comerciais e financeiros entre a China, a Índia, o Brasil e a África do Sul é um fato novo, e pode vir a ser a base material de algumas parcerias setoriais, e localizadas, entre todos ou alguns destes quatro países. Mas, é muito pouco provável que este simples nexos econômico sustente ou justifique uma aliança estratégica entre eles, de tipo geopolítico e de longo prazo. Por isso, a construção de uma agenda comum entre China, Índia, Brasil e África do Sul deve partir do reconhecimento das diferenças existentes entre suas distintas inserções e interesses dentro do sistema mundial. São quatro países que ocupam posição de destaque nas suas respectivas regiões, devido ao tamanho de seus territórios, de suas populações e de suas economias. Mas esta semelhança esconde diferenças muito grandes de interesses, de perspectivas estratégicas e de capacidade de implementação autônoma de decisões no campo internacional.⁴

Brasil e África do Sul

O Brasil e África do Sul compartilham com a China e a Índia o fato de serem os estados e as economias mais importantes de suas respectivas regiões, responsáveis por uma parte expressiva da população, do produto e do comércio interno e externo da América do Sul e da África. Mas não têm fronteiras entre si, não têm disputas territoriais com seus vizinhos, não enfrentam ameaças internas ou externas à sua segurança e não são poderes militares relevantes, principalmente depois que a África do Sul abandonou o seu programa nuclear, em 1991. A África do Sul viveu duas histórias importantes, depois

de sua independência, e teve duas inserções internacionais absolutamente diferentes, antes e depois do fim do *apartheid*, e da eleição de Nelson Mandela, em 1994. Depois da 2ª. Guerra Mundial, e durante o período do *apartheid* entre 1948 e 1991, a África do Sul enfrentou uma rebelião social e política interna quase permanente, foi objeto do boicote da comunidade internacional e, na década de 1980, travou uma guerra regional com os países da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Coordination Conference—SADCC*), também chamados de “Países da Linha de Frente”.⁵ Mas, depois do fim do *apartheid* e da eleição de Mandela, a questão da segurança interna e da inserção internacional da África do Sul mudaram radicalmente, em particular no caso da África negra e dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community—SADC*), criada em 1992, que reuniu a África do Sul aos seus antigos inimigos.⁶ Fora desta “zona de influência” imediata a África do Sul envolveu-se em quase todas as ações e negociações de paz ocorridas dentro do continente negro, na década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI, mas sem apresentar nenhum traço expansivo ou disposição para uma luta hegemônica dentro da África. Pelo contrário, tem sido um país que se move com enorme cautela, talvez devido ao seu próprio passado racista e belicista. Por outro lado, desde o primeiro governo de Mandela, a África do Sul tem se proposto a cumprir um papel de “Cabo da Boa Esperança”, conectando os países da Ásia e América Latina, e tentando ocupar um lugar importante dentro desta nova geometria econômica. Em 1997, assinou, com a Índia, a “Declaração do *Red Fort*”, onde propõem uma ação conjunta de aproximação da América Latina que contribuiu decisivamente para a criação, em 2003, do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA). Em 1998, o chanceler Alfred Nzo confirmou estas prioridades diante do parlamento sul-africano e definiu como objetivo estratégico da África do Sul, estabelecer relações sólidas com os países-chave da conexão entre a Ásia, África e América Latina, para “fortalecer a voz do Sul nos foros internacionais”. A despeito disto, o volume e o ritmo de crescimento do PIB sul-africano, o tamanho de sua população e suas limitações militares impedem que a África do Sul tenha qualquer tipo de pretensão à supremacia fora da sua região imediata, a África Austral.

No outro lado do Atlântico, a história regional e internacional do Brasil foi sempre mais tranqüila e linear. O estado brasileiro nunca teve características expansivas, nem disputou jamais a hegemonia do seu próprio continente, seja

com a Grã Bretanha ou com os Estados Unidos. Depois de 1850, o Brasil não enfrentou mais guerras civis ou ameaças de divisão interna e, depois da Guerra do Paraguai, na década de 1860, teve apenas uma participação pontual, na Itália, durante a 2ª Guerra Mundial, e algumas participações posteriores nas “forças de paz” das Nações Unidas e da OEA. Sua relação com seus vizinhos da América do Sul, depois de 1870, foi sempre pacífica e de pouca competitividade ou integração política e econômica e, durante todo o século XX, sua posição dentro do continente foi quase sempre a de sócio auxiliar da hegemonia continental dos Estados Unidos. Depois da 2ª Guerra Mundial, o Brasil não teve maior participação na Guerra Fria mas, apesar do seu alinhamento com os Estados Unidos, começou uma política externa mais autônoma e global, a partir da década de 1960, quando se aproximou da Ásia e da África e dos países socialistas, se acercou do Movimento dos Países Não-Alinhados e teve uma participação ativa nas negociações para a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio—ALALC, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development—UNCTAD*) e do Grupo dos 77. Na década de 1970, em particular no governo do General Ernesto Geisel, o Brasil se propôs um projeto internacional de “potência intermediária”, aprofundando sua estratégia econômica desenvolvimentista, rompendo seu acordo militar com os Estados Unidos, ampliando suas relações afro-asiáticas e assinando um acordo atômico com a Alemanha. Mas sua crise econômica dos anos de 1980 e o fim do regime militar desativaram este projeto, que foi completamente engavetado nos anos de 1990, quando o Brasil voltou a alinhar-se com os Estados Unidos e seu projeto de criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), um velho sonho norte-americano, desde o fim do século XIX. Mais recentemente, entretanto, depois de 2002, a política externa brasileira mudou uma vez mais de rumo e definiu, como suas novas prioridades, a integração sul-americana, com o Mercosul e a Comunidade Sul-Americana de Nações, e uma relação mais estratégica com os países-chaves da África e da Ásia, em particular a África do Sul, a Índia e a China.

O projeto da integração sulamericana remonta às idéias de Simon Bolívar, na primeira metade do século XIX. Mas a construção do mercado comum regional começou nos anos 1960, com a criação da ALALC, e teve dois momentos decisivos, com a criação da Comunidade Andina, em 1969, e com a criação do Mercosul, em 1991. Por fim, no dia 8 de dezembro de 2004, os países do Pacto Andino e do Mercosul assinaram a Declaração de Cuzco, lançando as bases da Unasul (anteriormente designada como Comunidade Sul-Americana

de Nações). O Brasil vem incentivando, nos últimos anos, o aprofundamento deste projeto de integração, mas enfrenta algumas limitações importantes porque não é considerado — hoje — um “modelo de desenvolvimento” de sucesso a ser seguido pelo resto dos países do continente, como aconteceu com a China e a Índia, no Sudeste e no Sul da Ásia. E, além disto, tem tido pouca capacidade de atender às necessidades materiais dos seus vizinhos, devido ao seu baixo crescimento econômico e sua baixa capacidade de investimentos públicos e privados. Mas, sobretudo, devido à baixa capacidade de coordenação estratégica do estado brasileiro, depois da sua crise dos anos 1980 e da sua desmontagem neoliberal, na década de 1990.

China e Índia

Ao contrário do Brasil e da África do Sul, a China e a Índia possuem civilizações milenares e um terço da população mundial. Mas, mais importante do que isto, é o fato de que esses dois gigantes asiáticos possuem entre si 3.200 quilômetros de fronteira comum, além das fronteiras que ambos tem com o Paquistão, Nepal, Butão e Mianmar. Além disto, China e Índia têm territórios em disputa, guerrearam entre si nas últimas décadas e são potências atômicas. Dentro deste xadrez geopolítico, os indianos consideram que as relações amistosas da China com o Paquistão, com Bangladesh e com o Sri Lanka fazem parte de uma estratégia chinesa de “cerco” da Índia e de expansão chinesa no Sul da Ásia, a “zona de influência” imediata dos indianos. Por sua vez, os chineses consideram que a aproximação recente entre os Estados Unidos e a Índia, e a sua nova parceria estratégica e atômica, fazem parte de uma estratégia de “cerco” da China. Estes são fatos, expectativas e desdobramentos que caracterizam uma relação muito próxima de competição, territorial e bélica, em torno da supremacia no Sul e no Sudeste da Ásia, envolvendo Estados Unidos, China e Índia. Além disto, como já vimos, China e Índia também competem, neste momento, na Ásia Central, no Oriente Médio e na África, na luta para assegurar sua “segurança energética”. A China investe hoje pesados recursos na modernização de suas forças armadas e dos seus arsenais. Como no caso da frota submarina chinesa, movida, simultaneamente, a energia diesel e a energia atômica, o que caracteriza uma indiscutível preocupação de controle marítimo do Pacífico Sul. E o mesmo se pode dizer do recente desenvolvimento do novo sistema chinês de ataque e destruição de satélites — tecnologia que só tinham os Estados Unidos e a Rússia — e que coloca a China em condições de destruir o nexos básico de controle da nova tecnologia de

guerra norte-americana. Por outro lado, não é segredo para ninguém que a China ocupa hoje um lugar central dentro do planejamento estratégico dos Estados Unidos, ocupando a posição do adversário potencial necessário à organização e expansão do poder americano. Afinal, a China teve um papel decisivo nas guerras da Coreia e do Vietnã e apresenta quase todas as características das Grandes Potências que se formaram dentro do sistema mundial, desde suas origens européias, no século XVI. Com a diferença, como já vimos, que até agora, o expansionismo chinês, fora da Ásia, tem sido quase estritamente diplomático e econômico. Mas dentro da Ásia, o projeto chinês é claramente hegemônico e competitivo, também do ponto de vista militar.

A Índia, por outro lado, ainda não tem características de uma potência expansiva e se comporta estrategicamente como um estado que foi obrigado a se armar para se proteger e garantir sua segurança numa região de alta instabilidade, onde sustenta uma disputa territorial e uma competição atômica com o seu vizinho, o Paquistão. Mas, assim mesmo, desenvolve e controla tecnologia militar de ponta, como no caso do seu sofisticado sistema balístico e do seu próprio arsenal atômico, e possui um dos exércitos mais bem treinados de toda a Ásia. Assim mesmo, foi só depois da sua derrota militar para a China, em 1962, e da primeira explosão nuclear chinesa, em 1964, logo antes da sua guerra com o Paquistão, em 1965, que a Índia abandonou o “idealismo prático” da política externa de Neruh, e adotou a *realpolitik* do primeiro ministro Bahadur Shastri, que autorizou o início do programa nuclear indiano, na década de 1960. Foi quando mudou a política externa da Índia e começou a ser montada a sua nova estratégia atômica de defesa nacional, que atingiu sua maturidade com as explosões nucleares de 1998 e com o sucesso do míssil balístico indiano Agni II, em 1999. Foi naquele momento, exatamente no auge da “utopia da globalização”, que a Índia assumiu plenamente a condição de potência nuclear e passou a definir sua estratégia de inserção regional e internacional, com base na expansão do seu poder econômico e militar. Com esta nova perspectiva estratégica, a Índia luta hoje pelo acesso e controle de recursos energéticos, na África e no Oriente Médio, mas também na Ásia Central. Apesar de que, nesta região, a China tenha tomado a dianteira e já lidere a Organização de Cooperação de Shangai, criada por sua iniciativa, em 1996, junto com Rússia, Cazaquistão, Quirquístão, Tajiquístão e Uzbequistão. Por outro lado, desde 2002, a Índia estabeleceu com o Japão uma “Parceria Global para o século XXI” e vem estreitando suas relações com a Rússia em torno a questões energéticas e estratégicas de mais longo prazo.

A rota da “boa esperança”

Como se pode ver, as diferenças dinâmicas entre China, Índia, Brasil e África do Sul são enormes. A China e a Índia, depois dos anos 1990, se projetaram dentro do sistema mundial como potências econômicas e militares, têm claras pretensões hegemônicas nas suas respectivas regiões e ocupam, hoje, uma posição geopolítica global absolutamente assimétrica com relação ao Brasil e à África do Sul. Apesar disto, o Brasil, a África do Sul e a Índia – e mesmo a China, ainda que seja por pouco tempo mais – ainda ocupam a posição comum dos “países ascendentes”, que sempre reivindicam mudanças nas regras de “gestão” do sistema mundial e na sua distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza. Por isto, neste momento, compartilham uma agenda reformista com relação ao Sistema das Nações Unidas e à formação do seu Conselho de Segurança. Da mesma forma como compartilham posições multilaterais e liberalizantes, em matéria de comércio internacional, na Rodada de Doha, formando o G20, dentro da Organização Mundial do Comércio. Nestas questões políticas e econômicas, entretanto, pode-se prever um afastamento progressivo da China, que já vem atuando, em vários momentos, com a postura de quem comparte, e não de quem questiona, a atual configuração de poder mundial. Daqui para frente, seu comportamento será cada vez mais o de uma Grande Potência, como todas as que fazem, ou fizeram, parte do “círculo dirigente” do sistema mundial. E, por isto, é de se esperar uma maior convergência de posições entre a Índia, a África do Sul e o Brasil, do que com a China. Mas, mesmo com relação à Índia, as convergências políticas deverão ser tópicas, porque o Brasil e a África do Sul devem se manter fiéis ao “idealismo pragmático” de suas atuais políticas externas. Nenhum dos dois demonstra vontade, nem dispõe, no momento, das ferramentas de poder e dos desafios indispensáveis ao exercício da *realpolitik*, própria das Grandes Potências. Ambos devem se manter na sua posição atual de porta-vozes pacíficos dos “injustiçados” de todo mundo, e do “bom senso ético universal”. Do ponto de vista econômico, entretanto, a nova geografia do comércio e dos investimentos deve aprofundar os nexos materiais entre estes quatro países e suas regiões e, desta perspectiva, a África do Sul se transformará num novo “Cabo da Boa Esperança” entre as “Índias” e a América: as duas pontas do expansionismo europeu que deu origem ao atual sistema mundial.

Os fatos, a teoria e a análise de conjuntura

Toda análise do sistema internacional supõe alguma visão teórica a respeito do tempo, do espaço e do movimento da

sua “massa histórica”. Sem a teoria é impossível interpretar a conjuntura e identificar os movimentos cíclicos e as “longas durações” estruturais que se escondem e desvelam, ao mesmo tempo, através dos acontecimentos imediatos do sistema mundial. Só tem sentido falar de “grandes crises”, “inflexões” e “tendências” a partir de uma teoria que relacione e hierarquize fatos e conflitos locais, regionais e globais, dentro de um mesmo esquema de interpretação.

Além disto, é a teoria que define o “foco central” da análise e a sua “linha do tempo”. Por exemplo, com relação às transformações mundiais das últimas décadas, é muito comum ouvir-se falar de uma “crise da hegemonia americana”, na década de 1970, e reconhecer que, depois disto, houve duas inflexões históricas muito importantes, em 1991 e 2001. Mas, por trás deste consenso aparente, podem se esconder interpretações completamente diferentes, dependendo do ponto de partida teórico de cada analista. Por isto, a nossa análise da conjuntura internacional começa expondo, de forma sintética, o seu foco de observação, a sua tese central e suas principais premissas teóricas, para só depois analisar as mudanças recentes do sistema mundial e discutir o novo lugar da América do Sul e da África, além de especificamente, da China, Índia, Brasil e África do Sul.

Por trás da nossa hipótese existe uma teoria, e algumas generalizações históricas, acerca da formação, expansão e mudanças do sistema mundial que se formou no século XVI e se consolidou nos séculos XVII e XVIII, a partir da Europa. De forma sintética, reiteramos a seguir nossas teses principais.

- i) O atual “sistema político mundial” que nasceu na Europa, no século XVI, e se universalizou nos últimos 500 anos, não foi uma obra espontânea, nem diplomática. Foi uma criação do poder conquistador de alguns estados territoriais europeus, que definiram suas fronteiras nacionais no mesmo momento em que se expandiram – simultaneamente – para fora da Europa e se transformaram em impérios globais.
- ii) Da mesma forma que o “sistema econômico mundial”, que também se constituiu neste mesmo período, a partir da Europa, não foi uma obra exclusiva dos “mercados” ou do “capital em geral”. Foi um subproduto da expansão competitiva e conquistadora de algumas economias nacionais européias que se internacionalizaram junto com seus respectivos “estados-economias”, que se transformaram, imediatamente, em impérios coloniais.
- iii) Duas características distinguem a originalidade e explicam a força vitoriosa desses poderes europeus: primeiro, a maneira como os estados territoriais criaram, e se articularam, com suas economias nacionais, produzindo uma “máquina de acumulação” de poder e riqueza absolutamente nova e

explosiva — os “estados-economias nacionais”; e, segundo, a maneira como estes “estados-economias nacionais” nasceram, em conjunto, e numa situação de permanente competição e guerra, entre si, e com os poderes imperiais, de fora da Europa.

iv) Desde o início desse sistema, segundo o sociólogo alemão Norbert Elias, nessa competição permanente “quem não sobe, cai”.⁷ Por isto, as guerras se transformaram na atividade principal dos primeiros poderes territoriais europeus e, depois, seguiram sendo a atividade básica dos estados nacionais.

Assim, do nosso ponto de vista, qualquer discussão sobre o futuro do atual sistema mundial, e sobre as perspectivas dos seus estados ou “potências emergentes”, deve partir de três convicções preliminares: a) no “universo em expansão” dos “estados-economias nacionais” não há possibilidade lógica de uma “paz perpétua”, nem tampouco de mercados equilibrados e estáveis; b) não existe a possibilidade de que as Grandes Potências possam praticar, de forma permanente, uma política só voltada para a preservação do *status quo*, isto é, elas serão sempre expansionistas, mesmo quando já tenham conquistado e se mantenham no topo das hierarquias de poder e riqueza do sistema mundial; c) por isto, o líder ou *hegemon* é sempre desestabilizador da sua própria situação hegemônica, porque “quem não sobe, permanentemente, cai” dentro deste sistema mundial; e, finalmente, d) não existe a menor possibilidade de que a liderança da expansão econômica do capitalismo saia — alguma vez — das mãos dos “estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores.

Senão, vejamos: entre 1495 e 1975, as Grandes Potências estiveram em guerra durante 75% do tempo, começando uma nova guerra a cada sete ou oito anos. Mesmo nos anos mais pacíficos deste período, entre 1816 e 1913, estas potências fizeram cerca de 100 guerras coloniais. E ao contrário das expectativas, a cada novo século, as guerras foram mais intensas e violentas do que no século anterior.⁸ Por isso se poder dizer que as guerras foram a principal atividade dos estados nacionais europeus, durante seus cinco séculos de existência, e de novo, o século XXI começou sob o signo das armas. Mas, apesar disto, segue sendo um tabu falar e analisar objetivamente o papel das guerras na formação, evolução e futuro do sistema inter-estatal capitalista, que foi “inventado” pelos europeus, nos séculos XVI e XVII, e só se transformou num fenômeno universal no século XX. Talvez porque seja muito doloroso aceitar que as guerras não são um fenômeno excepcional, nem decorrem de uma “necessidade econômica”. Ou porque seja muito difícil de entender que elas seguirão existindo, mesmo que não ocorram enfrentamentos

atômicos entre as Grandes Potências, porque elas não precisam ser travadas para cumprir seu “papel” dentro do sistema inter-estatal. Basta que sejam planejadas de forma complementar e competitiva.

À primeira vista, tudo isto parece meio absurdo e paradoxal. Mas tudo fica mais claro quando se olha para o começo desta história e se entende que o sistema mundial em que vivemos foi uma conquista progressiva dos primeiros estados nacionais europeus. E, desde os seus primeiros passos, este sistema nunca mais deixou de se expandir, “liderado” pelo crescimento competitivo e imperial de suas Grandes Potências, que lutam permanentemente para manter ou avançar sua posição relativa dentro do sistema. Sendo assim, tem razão o cientista político norte-americano John Mearsheimer, quando diz que *as Grandes Potências têm um comportamento agressivo não porque elas queiram, mas porque elas têm que buscar acumular mais poder se quiserem maximizar suas probabilidades de sobrevivência, porque o sistema internacional cria incentivos poderosos para que os estados estejam sempre procurando oportunidades de ganhar mais poder às custas dos seus rivais...*⁹

Nesse processo competitivo a guerra, ou a ameaça da guerra, foi o principal instrumento estratégico utilizado pelos estados nacionais, para acumular poder e definir a hierarquia mundial. E as potências vencedoras — que se transformaram em “líderes” do sistema — foram as que conseguiram conquistar e manter o controle monopólico das “tecnologias sensíveis”, de uso militar. Por sua vez, esta competição pela ponta tecnológica e pelo controle monopólico dos demais recursos bélicos, deu origem a uma dinâmica automática e progressiva de preparação contínua para as guerras. Numa disputa que aponta, todo o tempo, na direção de um império único e universal. Mas, paradoxalmente, este império não poderá ser alcançado sem que o sistema mundial perca sua capacidade conjunta de seguir se expandindo. Por que? Porque a vitória e a constituição de um império mundial seria sempre a vitória de um estado nacional específico, daquele estado que fosse capaz de impor sua vontade e monopolizar o poder, até o limite do desaparecimento dos seus competidores. Se isto acontecesse, entretanto, acabaria a competição entre os estados, e neste caso, os estados não teriam como seguir aumentando o seu próprio poder. Ou seja, neste sistema inter-estatal inventado pelos europeus, a existência de adversários é indispensável para que haja expansão e acumulação de poder, e a preparação contínua para a guerra é o fator que ordena o próprio sistema. Assim mesmo, como a “potência líder” também precisa seguir acumulando poder, para manter sua posição relativa, ela

mesma acaba atropelando as instituições e os acordos internacionais que ajudou a criar num momento anterior. Ela é quem tem maior poder relativo dentro do sistema e, por isto, ela é que acaba sendo, quase sempre, a grande desestabilizadora de qualquer ordem internacional estabelecida.

Agora bem, a preparação para a guerra, e as próprias guerras, nunca impediram a complementaridade econômica e a integração comercial e financeira entre todos os estados envolvidos nos conflitos. Pelo contrário, a mútua dependência econômica sempre foi uma peça essencial da própria competição. Às vezes predominou o conflito, às vezes a complementaridade, mas foi esta “dialética” que se transformou no verdadeiro motor político-econômico do sistema inter-estatal capitalista, e no grande segredo da vitória européia sobre o resto do mundo, a partir do século XVII.

Entre 1650 e 1950 a Inglaterra participou de 110 guerras, aproximadamente, dentro e fora da Europa, ou seja, em média, uma a cada três anos.¹⁰ E, entre 1783 e 1991, os Estados Unidos participaram de cerca de 80 guerras, dentro e fora da América, ou seja, em média, também uma a cada três anos. Como resultado, no início do século XXI, os Estados Unidos tem acordos militares com cerca de 130 países, ao redor do mundo, e mantém mais de 700 bases militares fora do seu território. E, assim mesmo, devem seguir se expandindo – independente de qual seja o seu governo – sem precisar ferir, necessariamente, o Direito Internacional e sem precisar dar explicações a ninguém. Por isto, soa absolutamente cômica e desnecessária a justificativa de que as novas bases militares dos EUA na Colômbia tenham a ver com o combate ao narcotráfico e à guerrilha local, assim como os argumentos que associam a instalação do escudo antimísseis dos EUA, na fronteira com a Rússia, com o controle e bloqueio de foguetes iranianos. Da mesma forma, soa ridícula, nesse contexto, a evocação do “princípio básico da não ingerência”, na defesa das decisões colombianas, polacas ou checas. Neste “jogo” não há limites e por mais lamentável que seja, os “neutros” são irrelevantes ou sucumbem, e só restam duas alternativas para os que não aceitam aliar-se ou submeter-se à potência expansiva: no caso dos mais fracos, protestar; e no caso dos demais, defender-se.

Por outro lado, não há dúvida que a geopolítica e a economia andam quase juntas, quando se trata da competição e da luta por recursos naturais escassos e estratégicos, tanto para os estados como para os capitais privados. E, neste campo, a disputa mais violenta sempre se deu em torno do controle e monopolização das fontes energéticas indispensáveis ao funcionamento econômico do sistema mundial, e de todas as suas economias nacionais, em particular a das suas Grandes Potências.

Assim, de novo, a grande competição econômica, e a grande disputa geopolítica, está se dando em torno dos territórios e das regiões que dispõem dos excedentes energéticos para mover a nova “locomotiva” do crescimento mundial, puxada pelos Estados Unidos e a China, com efeitos imediatos sobre a Índia. Basta olhar para as duas pontas deste novo eixo – Ásia e EUA – e para suas necessidades energéticas atuais e futuras, para visualizar o mapa das disputas e das suas sinergias positivas, através do mundo.¹¹

Essa situação de carência coletiva e competitiva é que explica a aproximação recente de todos estes países asiáticos do Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos. E explica também a ofensiva diplomática e econômica da China e da Índia na Ásia Central, na África e na América Latina, como também no Vietnã e na Rússia. Além da participação conjunta da China e da Índia na disputa com os Estados Unidos e com a Rússia pelo petróleo do Mar Cáspio, e pelos seus oleodutos alternativos de escoamento. A estratégia de competição e expansão é seguida, também, pelas grandes corporações privadas chinesas e indianas, que já saíram de sua zona tradicional de atuação e hoje operam no Irã, na Rússia e até nos Estados Unidos. Com impactos militares quase imediatos, como diagnostica o “Instituto Internacional de Estudos Estratégicos”, de Londres, que atribui a essa disputa energética a recente reestruturação da marinha militar da China e da Índia e sua presença, cada vez maior, no Mar da Índia e no Oriente Médio.

Na outra ponta deste novo eixo dinâmico da economia mundial estão os Estados Unidos, que continuam sendo os maiores consumidores de energia do mundo e que, além disto, estão empenhados em diversificar suas fontes de fornecimento para diminuir sua dependência em relação aos países do Oriente Médio. Hoje a Arábia Saudita só atende a 16% da demanda interna dos Estados Unidos, que já conseguiram deslocar a maior parte do seu fornecimento de energia para dentro de sua zona imediata de segurança estratégica, situada no México e no Canadá, seguidos pela Venezuela que é seu quarto principal fornecedor de petróleo. Além disto, os Estados Unidos vêm trabalhando ativamente para obter um acordo estratégico de longo prazo com a Rússia e têm avançado de forma agressiva e competitiva sobre os novos territórios petrolíferos situados na África Sub-Sahariana, na Ásia Central, na região do Mar Cáspio. Portanto, os Estados Unidos estão disputando, com a China e com a Índia, todos os territórios com excedentes energéticos atuais ou potenciais. E esta competição está se transformando num novo triângulo econômico, complementar e competitivo, a um só tempo, que está cumprindo uma função organizadora

e dinamizadora de várias regiões e economias nacionais, através de todo o mundo, incluindo a América do Sul e a África.

No caso da América do Sul, também ocorreu uma reversão das expectativas econômicas pessimistas no início do século XXI. Prognosticava-se um período de “vacas magras”, com crescimento baixo e desequilíbrios externos, sobretudo depois das crises da Argentina e da Venezuela, em 2001 e 2003. Mas, depois de 2002, houve uma retomada do crescimento, em todos os países do continente, liderado – paradoxalmente – pelas economias da Argentina e da Venezuela, que superaram a crise e já alcançaram seus níveis de atividade anteriores à própria crise, crescendo a taxas médias entre 7 e 9%, nestes últimos quatro anos, enquanto o resto do continente está crescendo a taxas médias que variam entre 3,5 e 5,5%, com a exceção mais notável do Brasil, que vem crescendo, há mais de duas décadas, a uma taxa média aproximada de apenas 2,5%.

Como em outros momentos da economia internacional, agora de novo, as economias exportadoras sul-americanas estão acompanhando o ciclo expansivo da economia mundial, liderado pelos Estados Unidos e pela China. Mas existe uma grande novidade, neste novo ciclo de crescimento sul-americano: o peso decisivo das exportações, importações e investimentos asiáticos no continente, em particular da China, que tem sido a grande responsável pelo aumento das exportações sul-americanas, de minérios, energia e grãos.¹² Mas, além do comércio, a China está ocupando um papel cada vez mais importante, dentro da região, como investidor, competindo com as fontes tradicionais de capital de investimento na América do Sul.

Agora, na perspectiva da economia sul-americana, os novos preços internacionais dos minérios e da energia têm fortalecido a capacidade fiscal dos estados produtores e estão servindo para financiar alguns projetos ambiciosos de integração física e energética, dentro do próprio continente. Além disto, as vultosas reservas em moeda forte da Venezuela já lhe permitiram atuar, duas vezes, como “emprestador em última instância” da Argentina e do Paraguai, criando um novo tipo de relacionamento e integração absolutamente original na história da América do Sul.

De todos os pontos de vista, portanto, a China vem cumprindo um papel novo e fundamental na economia sul-americana. Os Estados Unidos seguem sendo a potência hegemônica na América do Sul e não é provável que os chineses se envolvam politicamente na região. Mas não há dúvida que esta “bonança” internacional, liderada pelos Estados Unidos e pela China, tem contribuído para o surgimento de um triângulo econômico novo, que deve

contribuir para o aprofundamento das relações materiais e políticas Sul-Sul – e para uma maior autonomia da política externa da América do Sul com relação aos seus centros tradicionais de poder econômico e político.

No caso da África também ocorreu algo análogo. Na década de 1990, depois da Guerra Fria, e no auge da globalização financeira, o continente africano ficou praticamente à margem dos novos fluxos de comércio e de investimento, reforçando a imagem muito difundida de um continente inviável. Com “estados falidos”, “guerras civis”, “genocídios” e grandes epidemias, mas, além disto, com apenas 1% do PIB mundial, 2% das transações comerciais globais e menos de 2% do investimento direto estrangeiro em todo o mundo. Assim mesmo, nas primeiras décadas da independência, alguns dos novos estados africanos tiveram crescimento econômico equiparável ao dos estados desenvolvimentistas mais bem sucedidos da Ásia e da América Latina. Este sucesso inicial, entretanto, foi atropelado pela crise econômica dos anos de 1970 e pela mudança de rumo do sistema econômico mundial. A partir dos anos de 1970/80, a economia africana experimentou um declínio contínuo, até alcançar os níveis muito baixos da década de 1990. No longo prazo, entretanto, como na América Latina, a maioria das economias africanas depende das suas exportações de matérias primas e seu desempenho acompanha os ciclos da economia internacional. É isto o que vem ocorrendo, uma vez mais. Desde o final da década de 1990, pelo menos, está em curso uma nova mudança do panorama econômico africano, em particular na África Sub-Sahariana. O crescimento econômico médio, que era de 2,4% em 1990, passou para 4,5%, entre 2000 e 2005, alcançando a taxa de 5,3% em 2006, com uma previsão de que chegue a 5,5% em 2007 e 2008. Desde a metade da década de 1990, 16 países da região, onde vivem 35% da população africana, vêm crescendo a taxas superiores a 5,5%, e alguns países produtores de petróleo a taxas “exorbitantes”, como no caso, por exemplo, de Angola, 16,9%, Sudão, 11,8% e Mauritânia, 17,9%.

Por trás dessa transformação africana, o que se esconde, uma vez mais, como na América do Sul, é o enorme crescimento dos dois gigantes asiáticos, a China e a Índia que consumiam 14% das exportações africanas no ano 2000 e hoje consomem 27%, o mesmo que a Europa e os Estados Unidos. Enquanto as exportações asiáticas para a África vêm crescendo a 18% ao ano, e o mesmo está acontecendo com os investimentos diretos chineses e indianos na África Negra, concentrados em energia, minérios e infra-estrutura. Basta dizer que já existem no continente africano, mais de 800 companhias, com 900 projetos de investimento e 80.000

trabalhadores chineses. Um verdadeiro “desembarque econômico”, liderado por empresas estatais que vêm sendo seguidas, ainda que em menor escala, pelo governo e pelos capitais privados indianos que estão fazendo um movimento análogo de investimento massivo e de aprofundamento das suas relações políticas, econômicas e culturais com a África.

Deste ponto de vista, todos os sinais estão apontando na mesma direção: a África Sub-Sahariana está se transformando na grande fronteira de expansão econômica – e talvez, também, política e demográfica – da China e da Índia, nas primeiras décadas do século XXI. Nesse sentido, está se formando um novo triângulo geoeconômico envolvendo a China, a Índia e a África Negra. Mas não é provável que os Estados Unidos abandonem suas posições na região, sobretudo na luta pela sua “segurança energética”. Mas não há nada que impeça que a África possa se transformar também num espaço privilegiado de negociação e fusão entre os interesses econômicos asiáticos e norte-americanos.

Para concluir

A mudança das relações econômicas entre a Ásia, a África e a América Latina, lideradas pela China e pela Índia, é um fato de enorme importância no redesenho econômico do sistema mundial. Pela primeira vez, na história desse sistema, as relações “Sul-Sul” adquirem uma densidade material importante e expansiva, com capacidade de gerar interesses concretos, no mundo do capital e do poder. Quase no mesmo espaço onde floresceram, no século XX, as ideologias terceiro-mundistas e o movimento dos “países não alinhados”.

Saltando para uma perspectiva mais ampla, também é possível reconhecer que, na virada do século XXI, a nova geopolítica das nações tem trazido consigo uma grande mobilização social e política, a favor de transformações sociais e igualitárias das sociedades mais afetadas pelas mudanças do sistema mundial. O mundo viveu uma era de euforia liberal depois de 1990, mas agora parece que está em curso uma nova era de convergência entre os movimentos de autoproteção nacional que questionam o *status quo* internacional e os movimentos sociais que estão lutando contra a desigualdade, dentro de cada um desses países e regiões. O fim do *apartheid* e a democratização da África do Sul foi um momento emblemático dessa reversão, mesmo que depois de 1994, o governo do presidente Mandela tenha mantido a mesma política econômica do governo anterior, de corte ortodoxo e neoliberal. Numa perspectiva de longo prazo, entretanto, a mudança na África do Sul representou o fim do colonialismo europeu e o ápice da luta de libertação

da África Negra. Por sua vez, depois de 2001, na América do Sul e no Brasil, os seus novos governos de esquerda estão se propondo a reagir contra as políticas neoliberais e estão querendo realizar políticas mais igualitárias de transformação social. E todos os estudos internacionais reconhecem que o crescimento econômico da China e da Índia tem diminuído velozmente a miséria nestes dois países, mesmo quando as suas desigualdades sociais ainda sejam muito grandes.

Este retorno da “questão social”, junto com a “questão nacional”, nos anos recentes, relembra a tese clássica do economista austríaco, Karl Polanyi, sobre as origens da “grande transformação” igualitária das sociedades mais desenvolvidas, depois da 1ª. Guerra Mundial e da crise de 1930. Segundo Polanyi, esta grande mudança da “civilização liberal”, que havia sido vitoriosa e incontestável no século XIX, aconteceu como consequência de uma tendência de todas as economias e sociedades liberais, que seriam movidas, simultaneamente, por duas forças contraditórias, de tipo material e social. A primeira delas seria “liberal-internacionalizante” e empurraria as economias e sociedades nacionais na direção da globalização, da universalização dos mercados “auto-regulados” e da desigualdade social. E a segunda, atuaria numa direção oposta, de “autoproteção das sociedades e das nações” contra os efeitos destrutivos dos mercados auto-regulados, que ele chamou de “moinhos satânicos”. No caso dos países europeus, sobretudo no século XX, estes dois movimentos de autoproteção – nacional e social - convergiram sob a pressão externa das duas grandes guerras mundiais, da crise econômica da década de 1930, e depois, da própria Guerra Fria, criando um grande consenso social a favor das políticas de crescimento econômico, pleno emprego e bem estar social, consideradas heréticas até então, pelos liberais. Fora da Europa e dos Estados Unidos, entretanto, este “duplo movimento” de autoproteção nacional e social, raramente aconteceu de forma convergente, pelo menos até o final do século XX, talvez porque estes países e regiões não tenham enfrentado os desafios externos que acabaram solidarizando suas elites com suas populações nacionais, até por uma razão de necessidade mútua.

Karl Polanyi não previu a “restauração liberal-conservadora” dos mercados auto-regulados, que ocorreu depois de 1980. Nem poderia ter previsto, portanto, que no início do século XXI, pudesse estar se generalizando uma reação contra os efeitos destrutivos e iníquos das políticas neoliberais das duas décadas anteriores. Assim mesmo, acumulam-se as evidências de que está em curso um movimento, cada vez mais amplo e universal, a favor da democracia e da igualdade social. Uma espécie de retorno do mundo do trabalho

e dos excluídos, depois de três décadas de supremacia incontestável do mundo do capital. A grande novidade, entretanto, é que neste início de século o movimento de “autoproteção nacional e social” está começando pela periferia do sistema mundial e está ocorrendo sem a existência prévia de guerras e destruições massivas. Por isto, se esta tendência se confirmar e se ampliar, não é impossível uma convergência entre as sociedades civis e os governos da China, da Índia, do Brasil e da África do Sul, para liderar um grande projeto de redistribuição mais igualitária do poder e da riqueza oligopolizados pelas grandes potências, dentro deste sistema mundial criado pelos europeus, exatamente no momento em que conquistaram, submeteram e conectaram a Ásia, a África e a América, a partir do século XVI.

Notas

1. Em agosto de 1823 o ministro das relações exteriores da Inglaterra, George Canning, propôs ao embaixador americano em Londres, Richard Rush, uma declaração conjunta, contra qualquer “intervenção externa” na América Latina. O presidente James Monroe, apoiado no seu secretário de estado John Quincy Adams, declinou o convite inglês. Mas três meses depois, o próprio Monroe propôs ao Congresso Americano uma doutrina estratégica nacional quase idêntica à da proposta inglesa. Foi assim que nasceu a “Doutrina Monroe”, no dia 2 de dezembro de 1823. Como era de se esperar, os europeus consideraram a proposta de Monroe impertinente e sem importância, partindo de um estado que ainda era irrelevante no contexto internacional. E tinham razão: basta registrar que os Estados Unidos só reconheceram as primeiras independências latino-americanas depois de receber o aval da Inglaterra, França e Rússia. E, mesmo depois do discurso de Monroe, se recusaram a atender o pedido de intervenção dos governos independentes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Por isto, muito cedo, os europeus e os próprios latino-americanos compreenderam que a Doutrina Monroe havia sido concebida, e seria sustentada durante quase todo o século XIX, pela força da Marinha e dos capitais ingleses..

2. Depois de 1991, e do fim da URSS e da Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram e ampliaram sua ofensiva contra Cuba, apesar de que mantenham relações amistosas com o Vietnã e a China. No auge da crise econômica provocada pelo fim de suas relações preferenciais com a economia soviética, entre 1989 e 1993, os governos de George Bush e Bill Clinton, tentaram um xeque-mate contra Cuba, proibindo as empresas transacionais norte-americanas, instaladas no exterior, de negociarem com os cubanos e, depois, impondo penalidades, às empresas estrangeiras que tivessem negócios com a ilha, através da Lei Helms-Burton, de 1996. Esta posição permanente dos Estados Unidos não autoriza grandes ilusões neste momento de mudanças nos dois países. Do ponto de vista americano Cuba lhes pertence e está incluída na sua “zona de segurança”. Por isto, o objetivo principal dos Estados Unidos, em qualquer negociação futura, será sempre o de fragilizar e destruir o núcleo duro do poder cubano.

3. A eleição de Fernando Lugo para presidente do Paraguai, em 2008, foi mais uma vitória das forças políticas de esquerda, seguindo as eleições de Hugo Chávez (1999, na Venezuela), Luiz Inácio da Silva (2001 e 2005, no Brasil), Michele Bachelet (2006, no Chile), Nestor e Cristina Kirshner (2003 e 2007, na Argentina, respectivamente), Tabaré Vasquez (2004, no Uruguai) e Rafael Correa (2006 e 2009, no Equador). Essa mudança político-eleitoral trouxe de volta algumas idéias e políticas “nacional-populares”, e “nacional-desenvolvimentistas”, que haviam sido engavetadas durante a década neoliberal de 1990. São idéias e políticas que remontam, de certa maneira, à Revolução Mexicana e, em particular ao programa de governo do presidente Lázaro Cárdenas, adotado na década de 1930. Cárdenas foi um nacionalista e seu governo fez uma reforma agrária radical, estatizou a produção do petróleo, criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina, investiu na construção de infra-estrutura, praticou políticas de industrialização e de proteção do mercado interno, implantou uma legislação trabalhista e adotou uma política externa independente e anti-imperialista. Depois de Cárdenas este programa se transformou no denominador comum de vários governos latino-americanos que, em geral, não foram socialistas nem mesmo de esquerda. Assim mesmo, suas idéias, políticas e posições internacionais se transformaram numa referência importante do pensamento e das forças de esquerda latino-americanas. Basta lembrar a revolução camponesa boliviana de 1952, o governo democrático de esquerda de Jacobo Arbenz na Guatemala, entre 1951 e 1954, a primeira fase da revolução cubana entre 1959 e 1962, e o governo militar-reformista do general Velasco Alvarado no Peru, entre 1968 e 1975. Em 1970, estas idéias reapareceram também no programa de governo da Unidade Popular de Salvador Allende, que propunha uma radicalização do “modelo mexicano” com a aceleração da reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras produtoras de cobre, ao mesmo tempo em que defendia a criação de um “núcleo industrial estratégico”, de propriedade estatal, que deveria se transformar no embrião de uma futura economia socialista.

4. China, Índia, Brasil e África do Sul compartilham sociedades com altos níveis de desigualdade na distribuição da renda, da riqueza e do acesso aos direitos sociais básicos. Com graves problemas urbanos, de infra-estrutura, favelização e miséria, e com regiões rurais de baixa produtividade, e com grandes contingentes de população sem atendimento de suas necessidades básicas de saneamento, energia e alimentação. Mas, apesar da luta comum dos países mais pobres, por uma melhor redistribuição do poder e da riqueza mundial, e apesar do apoio dos organismos internacionais e da ajuda solidária eventual das grandes potências e dos organismos não governamentais, a resposta ao desafio da pobreza e da desigualdade, segue sendo uma responsabilidade de cada um dos estados nacionais onde os *pobres do mundo estão “estocados”, e onde se geram e acumulam os recursos capazes de alterar a distribuição do poder e da riqueza entre os grupos sociais* (Fiori, J. L., *60 Lições dos anos 90*, Editora Record. Rio de Janeiro, 2001, p. 139). Sendo assim, o primeiro ponto da agenda social comum da China, Índia, Brasil e África do Sul é a multiplicação dos empregos e da renda da população, e isto é rigorosamente inviável sem um crescimento econômico acelerado,

no caso destes quatro países. Só com a expansão do investimento público e privado, será possível aumentar as taxas de crescimento econômico; e só com altas taxas de crescimento é possível um controle social e uma política ousada de bloqueio do processo de polarização da riqueza, que acompanha, inevitavelmente, o desenvolvimento capitalista, quando fica entregue às suas forças de mercado. Neste sentido, além do investimento público, são indispensáveis políticas ativas de redistribuição da riqueza, através dos salários, mas, sobretudo, a partir do fornecimento barato de alimentos de consumo popular e da oferta de equipamentos e serviços públicos universais de saúde pública, educação, saneamento, energia, transportes e comunicação. Essa é a única forma de superar as políticas assistenciais de tipo transitório, transformando a distribuição e a inclusão sociais numa conquista permanente e estrutural das sociedades civis. Deste ponto de vista, não há dúvida que existe hoje uma distância crescente entre os avanços sociais da China e da Índia, e também com relação ao Brasil e à África do Sul, e esta diferença tem a ver com as taxas médias de crescimento de suas economias nas últimas décadas e com o grau de preocupação dos seus governos com a questão das desigualdades sociais. A China cresce, há 27 anos, a uma taxa média de 9,6%, enquanto o Brasil e a África do Sul, a uma taxa aproximada de 2,5%, e a Índia, só depois de 2003, vem mantendo uma taxa próxima dos 8%. A China realiza anualmente investimentos públicos e privados da ordem de 30 e até 40% do seu PIB, enquanto no Brasil o investimento não passa de 20% do PIB. Com relação à Índia, ainda está hoje numa situação semelhante a da China no início da década de 1980, e seu *boom* econômico ainda não atingiu a agricultura e a área rural, onde vive cerca de 60% da população indiana, e que cresce a uma taxa de 3,9%, bem abaixo da média nacional de 8,4%, em 2005. E as perspectivas, para os próximos anos, são de que se mantenham estes diferenciais, com a Ásia crescendo à uma média 8% a 9% ao ano e o Brasil e África do Sul a uma taxa média entre 3% e 4%. Apesar de que no Brasil, nos últimos anos, tenha havido também uma pequena diminuição nos índices de desigualdade social, graças ao aumento do valor do salário por cima das taxas de inflação e graças, também, às suas políticas distributivistas do tipo assistencial ou emergencial.

5. A Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Coordination Conference—SADCC*) foi criada em 10 de Abril de 1980, em Lusaka, capital da Zâmbia, como parte da adoção da Declaração de Lusaka (*Lusaka Declaration — Southern Africa: Towards Economic Liberation*). Essa Conferência e a sua Declaração são o resultado de uma aliança formada por 9 países do Cone Sul da África – Moçambique, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue – com o objetivo de coordenar estratégias políticas e de desenvolvimento para superar a dependência econômica sub-regional da África do Sul, então sob o domínio do *apartheid* (que terminou em 1991). Essa aliança também era chamada dos “Países da Linha de Frente” (contra a África do Sul).

6. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community—SADC*) resulta da transformação da SADCC na SADC, que ocorreu em Agosto de 1992, em Windhoek, na Namíbia, e os 9 países que compunham a Conferência são os membros fundadores da SADC. Atualmente, a SADC tem como membros, além dos 9 fundadores, a República Democrática do Congo, Madagascar, Ilhas Maurício, Namíbia, Seychelles e a África do Sul. A sede da organização está localizada no Gaborone, capital de Botsuana.

7. Elias, N., **O Processo Civilizador**, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1939/1976, p:134.

8. Levy, J., **War in the modern Great Power System**, Lexington, Kentucky, 1983.

9. Mearsheimer, J. J., **The tragedy of the great powers**, Chicago: Norton, 2001: 21.

10. Coldfelter, M., **Warfare and armed conflicts**, MacFarland, Londres, 2002.

11. Em conjunto, a China e a Índia detêm um terço da população mundial e vêm crescendo, nas duas últimas décadas, a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano. Por isso mesmo, ao fazer seu *Mapa do Futuro Global*, em 2005, o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu que se forem mantidas as atuais taxas de crescimento das duas economias nacionais, a China deverá aumentar em 150% o seu consumo energético e a Índia em 100%, até 2020. Mas nenhum dos dois países tem condições de atender suas necessidades através do aumento da produção doméstica, de petróleo ou de gás. A China já foi exportadora de petróleo, mas hoje é o segundo maior importador de óleo do mundo. E essas importações atendem apenas um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior: nestes últimos quinze anos essa dependência aumentou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para complicar ainda mais o quadro da competição econômica e geopolítica na Ásia, o Japão e a Coreia também dependem de suas importações de petróleo e de gás, para sustentar suas econômicas domésticas.

12. As exportações chinesas para a América Latina aumentaram 52%, em 2006, enquanto as dos Estados Unidos só aumentaram 20%. Só para o Brasil, as vendas chinesas cresceram 53%, enquanto as exportações brasileiras para a China cresceram um 32% no mesmo ano. Em 2006, o Brasil importou mais da Ásia do que de seus parceiros tradicionais – Estados Unidos e Europa – e a China já superou o Brasil como maior fornecedor de produtos manufaturados para os países da América Latina. Só para que se tenha uma idéia da velocidade dessas mudanças, basta dizer que em 1990 o Brasil fornecia 10% das importações de manufaturados do Chile enquanto a China fornecia 1% e, 15 anos depois, o Brasil fornece 13% e a China já chegou a 12%.